



ID: 15444

**REQUERIMENTO Nº: 26/2026****Requer informações ao Poder Executivo acerca das medidas sociais, habitacionais e administrativas que serão adotadas em razão de processo judicial de reintegração de posse que poderá afetar famílias residentes em área sob domínio da concessionária responsável pela rodovia no município.**

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem, respeitosamente, requerer que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que, por intermédio da Secretaria Municipal competente, especialmente a Secretaria responsável, que sejam prestadas as seguintes informações oficiais acerca das medidas que serão adotadas em razão do processo judicial que trata da reintegração de posse em área sob domínio da concessionária responsável pela rodovia que atravessa o município:

1. Se a Prefeitura possui levantamento atualizado do número de famílias e de pessoas residentes na área objeto da ação judicial;
2. Se já foi realizado ou está previsto cadastro socioeconômico das famílias potencialmente afetadas;
3. Quais medidas de assistência social estão planejadas para atendimento emergencial dessas famílias em caso de cumprimento de ordem judicial de desocupação;
4. Se o Município dispõe de programa de aluguel social ou outra política habitacional que possa ser aplicada às famílias eventualmente removidas;
5. Se houve ou há diálogo institucional entre a Prefeitura, a concessionária e os órgãos de justiça a fim de garantir uma solução socialmente adequada para os moradores.

**Justificativa**

O presente requerimento tem por finalidade permitir que o Poder Legislativo exerça sua função constitucional de fiscalização e acompanhamento das ações do Executivo, especialmente em situações que envolvam risco de desabrigo coletivo e impacto direto sobre famílias em situação de vulnerabilidade social.

Considerando que diversas famílias residem na área há muitos anos, é imprescindível que o Município esteja preparado para agir de forma organizada, preventiva e humanizada, evitando agravamento de problemas sociais e garantindo a proteção dos direitos fundamentais à moradia e à dignidade humana.

Diante da relevância do tema, solicita-se que as informações sejam encaminhadas a esta Casa Legislativa dentro





do prazo regimental.

Plenário Walter Martins Moreira, 23 de março de 2026.

**Ver. Patrick Motta**  
**Patrick Motta Nogueira**

